



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 1.00

Número Extraordinário

SUMÁRIO

PRIMEIRO-MINISTRO :

Despacho N.º 068 /PM/VI/2021

Nomeação dos Coordenadores das Unidades Funcionais da Sala de Situação 2

Despacho N.º 069 /PM/VI/2021

Nomeação de personalidades para colaborarem com a sala de situação 2

Despacho N.º 070 /PM/VI/2021

Funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que estão encarregues de assegurar o funcionamento dos serviços essenciais do Gabinete do Primeiro-Ministro e que não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho 3

Despacho N.º 071 /PM/VI/2021

Delegação de Competências no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises para Autorizar Excecionalmente a Realização de Deslocações de Pessoas para fora dos Municípios de Ainaro, Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli e Viqueque ou com destino a estes municípios 6

Despacho N.º 072 /PM/VI/2021

Ativação do Centro Integrado de Gestão de Crises como Sala de Situação 6

Despacho N.º 073 /PM/VI/2021

Delega no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises a competência para autorizar a entrada de pessoas em território nacional 10

MINISTÉRIO DO INTERIOR :

Despacho N.º 064 /MI/V/2021

Análise à pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n.º 13145 – Francisco Nascimento Freitas 11

Despacho N.º 065 /MI/V/2021

Análise à pena disciplinar aplicada ao 1.º Sargento n.º 11045 – Benigno Manuel Pires 11

Despacho N.º 066 /MI/V/2021

Análise à pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n.º 13223 – Lamberto Delfim Boavida Pinto 12

Despacho N.º 067 /MI/VI/2021

Análise à pena disciplinar aplicada à Superintendente n.º 10074 – Júlia da Gama 12

Despacho N.º 074 /MI/IV/2021

Redução do horário de funcionamento dos postos de fronteiras terrestres 13

Despacho N.º 075 /MI/IV/2021

Funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que estão encarregues de assegurar o funcionamento dos serviços essenciais do Ministério do Interior e que não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho 14

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA :

Extrato 16

DESPACHO N.º 068/PM/VI/2021

NOMEAÇÃO DOS COORDENADORES DAS UNIDADES FUNCIONAIS DA SALA DE SITUAÇÃO

O artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, a denominada Lei de Segurança Nacional, criou o Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro.

De acordo com o disposto pelo n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, o CIGC pode também funcionar como sala de situação nos casos de exceção constitucional, nos termos previstos na legislação que regula o estado de sítio e o estado de emergência.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, o Chefe de Estado declarou o estado de emergência em todo o território nacional, para vigorar entre os dias 2 de junho e 1 de julho de 2021, tendo por fundamento a existência de uma situação de calamidade pública, decorrente da pandemia COVID-19.

Em conformidade com o quadro normativo supra descrito, o Centro Integrado de Gestão de Crises foi ativado como Sala de Situação e foram aprovadas as suas regras de organização, nas quais se preveem um conjunto de unidades funcionais que facilitarão a monitorização das operações de prevenção e combate a um eventual surto de COVID-19 em Timor-Leste e uma eficaz coordenação dos meios e recursos públicos mobilizados para as referidas operações.

Importa, assim, proceder à nomeação dos responsáveis por cada uma das unidades funcionais, garantindo-se a entrada em funcionamento das mesmas o mais rapidamente possível.

Na escolha das personalidades que liderarão as unidades funcionais da Sala de Situação, foi considerada a proposta formulada pelo Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, bem como a experiência que as personalidades propostas para a nomeação em causa revelaram possuir, nomeadamente em matéria de liderança das unidades funcionais da sala de situação que funcionou durante o primeiro semestre do ano 2020 e durante os últimos meses.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 24/2020, de 10 de junho:

1. Nomeio o Senhor Brigadeiro-General João Miranda “Aluk” para desempenhar as funções de 2.º Comandante Operacional da Sala de Situação;
2. Nomeio o Senhor Comodoro Donaciano Costa Gomes para desempenhar as funções de Coordenador do Estado-Maior-Coordenador da Sala de Situação;
3. Nomeio o Senhor Dr. Rui Maria de Araújo para desempenhar

as funções de Coordenador das Forças-Tarefa para a Prevenção e Mitigação de um Eventual Surto de COVID-19 da Sala de Situação;

4. Nomeio a Senhora Dra. Odete Viegas para desempenhar as funções de Adjunta do Coordenador das Forças-Tarefa para a Prevenção e Mitigação de um Eventual Surto de COVID-19 da Sala de Situação;
5. Nomeio o Senhor Professor Doutor Francisco da Costa Guterres para desempenhar as funções de Coordenador da Equipa de Estudos e Análise de Riscos da Sala de Situação;
6. Nomeio o Senhor Dr. José Leong para desempenhar as funções de Coordenador do Secretariado de Administração e Finanças da Sala de Situação;
7. Nomeio o Senhor Professor Doutor Aurélio Guterres para desempenhar as funções de Coordenador do Destacamento de Reação Rápida da Sala de Situação;
8. O presente despacho produz efeitos desde às 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021 e caduca com o termo do estado de emergência.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak

Primeiro-Ministro

Comandante Operacional da Sala de Situação

DESPACHO N.º 069/PM/VI/2021

NOMEAÇÃO DE PERSONALIDADES PARA COLABORAREM COM A SALA DE SITUAÇÃO

O artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, a denominada Lei de Segurança Nacional, criou o Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro.

De acordo com o disposto pelo n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, o CIGC pode também funcionar como sala de situação nos casos de exceção constitucional, nos termos previstos na legislação que regula o estado de sítio e o estado de emergência.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021,

de 28 de maio, o Chefe de Estado declarou o estado de emergência em todo o território nacional, para vigorar entre os dias 2 de junho e 1 de julho de 2021, tendo por fundamento a existência de uma situação de calamidade pública, decorrente da pandemia COVID-19.

Em conformidade com o quadro normativo supra descrito, o Centro Integrado de Gestão de Crises foi ativado como Sala de Situação, sob direção do Primeiro-Ministro.

O n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 24/2020, de 10 de junho, que aprovou o Regulamento do Centro Integrado de Gestão de Crises, prevê que “A sala de situação é composta pelos representantes de cada uma das entidades que integra o Secretariado Permanente e, quando tal se mostre necessário pela natureza dos riscos ou ameaças à Segurança Nacional, por representantes de outros serviços do Estado convidados a integrar a sala de situação para garantir a sua coordenação operacional, bem como personalidades de reconhecido mérito técnico nas áreas científicas dos riscos ou ameaças à Segurança Nacional”.

A atual situação epidemiológica, motivada pela pandemia de COVID-19, representa um risco sério para a nossa Segurança Nacional, afigurando-se aconselhável a manutenção do envolvimento de profissionais de saúde, nomeadamente de médicos, que reforcem a capacidade de análise da Sala de Situação e os meios de coordenação técnica e operacional das atividades de controlo da pandemia em Timor-Leste.

Os Doutores Sérgio Costa Lobo e Nelson Martins são personalidades que gozam de amplo reconhecimento académico, profissional e social no domínio da medicina e são detentores de conhecimentos profundos em matéria de organização e funcionamento do sistema nacional de saúde timorense, podendo prestar um contributo importante para o cumprimento da missão da Sala de Situação;

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 24/2020, de 10 de junho:

1. Nomeio para integrarem a Sala de Situação o:
 - a) Senhor Doutor Nelson Martins;
 - b) Senhor Dr. Sérgio da Costa Lobo.
2. Determino que o presente despacho produz efeitos a partir das 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021.

Publique-se.

Díli, 01 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Primeiro-Ministro
Comandante Operacional da Sala de Situação

DESPACHO N.º 070/PM/VI/2021

Funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que estão encarregues de assegurar o funcionamento dos serviços essenciais do Gabinete do Primeiro-Ministro e que não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho

Considerando que foi decretado o confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli;

Considerando que, de acordo com as regras do confinamento domiciliário geral, é permitida a deslocação de pessoas para fora das respetivas residências quando tal se justifique pela necessidade impreterível de exercício da sua atividade profissional;

Considerando que incumbe aos membros do Governo identificarem os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que terão de garantir os serviços essenciais e que, por esse motivo, não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho;

Considerando a proposta formulada pelo Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro sobre os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que devem assegurar o funcionamento de serviços mínimos do Gabinete do Primeiro-Ministro, enquanto perdurar a imposição do dever geral de confinamento domiciliário da população residente no município de Díli;

Considerando que a não comparência no local de trabalho dos funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública referidos na informação prestada pelo Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro, e que constam da relação nominal em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante para todos os efeitos legais, dificultará a ação governativa do Primeiro-Ministro e as atividades de coordenação dos vários departamentos governamentais;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Governo n.º 75/2021, de 31 de maio:

1. Determino que os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública identificados no anexo ao presente despacho devem garantir o funcionamento dos serviços do Gabinete do Primeiro-Ministro, durante o período de imposição do confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli, estando obrigados a prestar a respetiva atividade profissional em regime presencial;
2. Os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública identificados no anexo ao presente despacho podem circular na via pública para efeitos de deslocação da sua residência para o seu local de trabalho e vice-versa, bem como para efeitos de prestação da respetiva atividade profissional;

3. O presente despacho produz efeitos desde às 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Primeiro-Ministro

ANEXO I

Relação nominal de funcionários, agentes e trabalhadores do Gabinete do Primeiro-Ministro que não estão dispensados do dever de comparência no local de trabalho durante o período de imposição do confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli

| Secretariado do GPM |
|--|
| Azevedo Lourenço da Costa Marçal |
| João Maria Aparício Guterres |
| Frei dos M. da Costa Guterres |
| Afonso Henrique F. Corte Real |
| Nério Lopes de Araújo |
| José Fernando da Silva de Araujo Real |
| Apoliana Maria de Vasconcelos Pinto |
| Danina Isabel Coelho S. F |
| Nuno Filipe Machado Reis |
| José Alves da Costa Ramos |
| Milka Vasconcelos |
| Julio da Silva |
| Salustiano Moreira |
| Isac Oliveira Freitas |
| Auxiliadora Paula Peloi Neto |
| Nelson Mandela B. Q. Goncalves |
| Liborio Raimundo Migato |
| |
| Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) - GPM |
| João Miranda “Aluk” |
| Isaias Ambrosio Ximenes |
| Francisco da C. Guterres |
| João R.R. Sequira |
| Aqueninho Latu dos S. Lopes |
| Jose F. Boromeu Duarte Soares |
| Jose Ines de Sousa Pinto |
| Quintiliano da Costa Vitae |
| Romario da S. Sere |
| Sergio Cristovão |
| |
| Gabinete de Apoio à Sociedade Civil |
| Filipe da Costa |
| Roberto de Araujo |
| Efrain Antonio de Jesus |
| Jaime dos Reis |
| Isaias Soares Guterres |
| Roberto Freitas Bras |
| Laurinda Beti Leão Pinto |
| Lucio Bauc Freitas |
| Oswaldo Lobato Da Crus Ribeiro |

Unidade de Média e Comunicação

Dilecto de A. da C. Tilman

Caetano da Costa Freitas

Melita M. de Oliveira

Juviano Tapi Titilari Rodrigues

Leão Gomes

Valentino Darriel S. de Sousa

Francisco da Costa

Unidade Protocolo

Raimundo de Fátima A. Correia

Vanessa Dias P. do Cortinhal

Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação (UPMA)

Brigida Brites Soares

Deonísio dos Santos

Ivan Jerry B. F. Alves

Ellifas Barreto

Unidade de Auditoria Social (UAS)

Sonia Paula R. Leite

Salvador da Cruz

Unidade de Apoio Administração (UAA)

Ursula Ferrão Pinto

Selviana M. da G. X. Baptista

Suzety H.P.M. Soares

Justino de Assis

Jose de Jesus Barros Leong

Kerrytilo Domingus Pinto

Maria Rosa Jong

Domingos Pinto

Sidonia Lopes

Acacio Fredy Alves

Adao Fatima da Costa

Alcideo T.G.de Jesus

Cirilio dos Santos Fraga

Paulo da Silva

Antonio Pereira

Augusta Soares da Silva

Sherlin K. dos Santos

Rute de Jesus Santi

Ana Paula da Silva

Ruvalda Esperança Caldeira Varela

DESPACHO N.º 071/PM/VI/2021

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO CENTRO INTEGRADO DE GESTÃO DE CRISES PARA AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE A REALIZAÇÃO DE DESLOCAÇÕES DE PESSOAS PARA FORA DOS MUNICÍPIOS DE BAUCAU, BOBONARO, COVALIMA, DÍLI E VIQUEQUE OU COM DESTINO A ESTES MUNICÍPIOS

Considerando que os municípios de Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli e Viqueque continuam sujeitos a cercas sanitárias por força das Resoluções do Governo n.ºs 69/2021, de 1 de junho, 70/2021, de 1 de junho, 71/2021, de 1 de junho, 72/2021, de 1 de junho e 73/2021, de 1 de junho;

Considerando que os n.ºs 3 das referidas Resoluções do Governo preveem que as deslocações com origem ou destino nos/aos supra mencionados municípios, que impliquem o atravessamento das referidas cercas sanitárias, estão condicionadas à obtenção da autorização do Primeiro-Ministro;

Considerando que os n.ºs 4 das referidas Resoluções do Governo estabelecem que o Primeiro-Ministro pode delegar no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar a realização de deslocações que impliquem o atravessamento das cercas sanitárias que se encontram impostas;

Considerando que o Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, apoiado pela equipa constituída na Sala de Situação, dispõe de condições para avaliar com maior rapidez o risco associado à prestação de autorização para a realização de deslocações para fora ou com destino aos municípios sujeitos à imposição de cercas sanitárias;

Considerando que a delegação da competência no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises para autorizar a realização de deslocações em território nacional que impliquem o atravessamento das aludidas cercas sanitárias permitirá maior celeridade na avaliação e decisão dos pedidos que sobre esta matéria sejam apresentados pelos particulares;

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 das Resoluções do Governo n.ºs 69/2021, de 1 de junho, 70/2021, de 1 de junho, 71/2021, de 1 de junho, 72/2021, de 1 de junho e 73/2021, de 1 de junho:

1. Delego no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, Brigadeiro-General João Miranda “Aluk”, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar excepcionalmente a realização de deslocações de pessoas por via terrestre, marítima ou aérea, a partir ou com origem dos/nos municípios de Baucau, Bobonaro, Covalima, Díli e Viqueque com fundamento em razões de segurança pública, saúde pública, assistência humanitária, manutenção dos sistemas de abastecimento público ou de realização do interesse público;

2. O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak

Primeiro-Ministro

DESPACHO N.º 072/PM/VI/2021

ATIVAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE GESTÃO DE CRISES COMO SALA DE SITUAÇÃO

O artigo 29.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, a denominada Lei de Segurança Nacional, criou o Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos, funcionando na direta dependência do Primeiro-Ministro.

De acordo com o disposto pelo n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2010, de 21 de abril, o CIGC pode também funcionar como sala de situação nos casos de exceção constitucional, nos termos previstos na legislação que regula o estado de sítio e o estado de emergência.

Através do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, o Chefe de Estado declarou o estado de emergência em todo o território nacional, para vigorar entre os dias 2 de junho e 1 de julho de 2021, tendo por fundamento a existência de uma situação de calamidade pública, decorrente da pandemia COVID-19.

Face ao decretamento do estado de emergência e à necessidade de assegurar uma coordenação efetiva e eficaz de todos os organismos do Estado no sentido de responder à ameaça que representa o COVID-19, torna-se absolutamente inevitável assegurar o funcionamento do CIGC como sala de situação.

O n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 24/2020, de 10 de junho, prevê que “A ativação do funcionamento do CIGC como sala de situação, com as especificidades previstas neste diploma, é definida por despacho do Primeiro-Ministro”.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 24/2020, de 10 de junho, determino o seguinte:

1. Ativo o Centro Integrado de Gestão de Crises como Sala de Situação;

2. A organização do Centro Integrado de Gestão de Crises como Sala de Situação conforma-se com as regras constante do Anexo I, o qual faz parte integrante do presente despacho para todos os efeitos legais;

3. O presente despacho produz efeitos desde as 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021 e caduca com o termo do estado de emergência.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Primeiro-Ministro

ANEXO I

REGRAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE GESTÃO DE CRISES COMO SALA DE SITUAÇÃO

Artigo 1.º **Objeto**

O presente anexo aprova as regras de organização do Centro Integrado de Gestão de Crises (CIGC) como sala de situação, durante a vigência do estado de emergência previsto no presente Despacho.

Artigo 2.º **Natureza**

1. O CIGC é o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das entidades que compõem o Sistema Integrado de Segurança Nacional, abreviadamente designado por SISN, previsto no 17.º artigo da Lei de Segurança Nacional, abreviadamente designada LSN, nomeadamente para o desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflitos.

2. A sala de situação é o serviço do CIGC para o apoio ao desempenho operacional das competências previstas neste diploma na prevenção e repressão dos riscos e ameaças à Segurança Nacional.

Artigo 3.º **Composição da sala de situação**

1. A sala de situação é composta pelos membros do Plenário do CIGC ou quem os representar, sendo dirigida pelo Primeiro-Ministro.

2. Quando tal se mostre necessário pela natureza dos riscos ou ameaças à Segurança Nacional, a sala de situação é composta por representantes de outros serviços do Estado

convidados para a integrar e garantir a sua coordenação operacional, bem como por personalidades de reconhecido mérito técnico nas áreas científicas dos riscos ou ameaças que em concreto se colocam à Segurança Nacional.

Artigo 4.º **Sala de Situação**

Sem prejuízo do exercício das competências legais do CIGC, cabe à sala de situação :

- a) Coordenar e monitorizar a execução, pelas “Forças-Tarefa”, das medidas que lhes incumbam;
- b) Acompanhar a evolução da situação;
- c) Tratar toda a informação prestada pelos serviços competentes;
- d) Apoiar os serviços do Ministério da Saúde na execução das atividades de prevenção e controlo de um eventual surto de COVID-19 em território nacional, nomeadamente as que se refiram à realização de testes de diagnóstico desta doença;
- e) Elaborar estudos e propostas, por determinação superior ou por iniciativa própria, sobre assuntos e matérias relativos à gestão da crise pandémica;
- f) Difundir pelas entidades responsáveis pela sua execução, as orientações e decisões emanadas do Primeiro-Ministro ou do Conselho de Ministros;
- g) Prestar aconselhamento sobre assuntos relacionados com outros sistemas internacionais de resposta a crises;
- h) Executar as demais tarefas que lhe sejam determinadas superiormente.

Artigo 5.º **Organização da sala de situação**

1. A sala de situação organiza-se em:
 - a) Comandante operacional (CO);
 - b) Estado-Maior-Coordenador (EMC);
 - c) Forças-Tarefa para a Prevenção e Mitigação do Surto de COVID-19 (FTPMS);
 - d) Equipa de Estudos e de Análise de Riscos (EEAR);
 - e) Secretariado de Administração e Finanças (SAF);
 - f) Destacamento de Reação Rápida (DRR);
 - g) Unidades Territoriais (UT).

2. Para efeitos do presente diploma, entende-se por Forças-Tarefa qualquer grupo de trabalho constituído para a execução de uma missão ou tarefa específica que seja

constituído por elementos designados pelos órgãos de soberania, órgãos da administração pública, forças policiais, forças militares, órgãos das organizações internacionais, órgãos das organizações não governamentais ou da Cruz Vermelha de Timor-Leste.

Artigo 6.º
Comandante Operacional

1. O CO da sala de situação é o Primeiro-Ministro.
2. O CO é responsável pela direção de todas as operações desenvolvidas pela sala de situação, pela coordenação das unidades da sala de situação e pela ligação desta ao Conselho de Ministros e aos órgãos singulares do Governo.
3. Cabe ao CO:
 - a) Garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes do sistema de proteção e socorro;
 - b) Assegurar a coordenação operacional dos serviços quando atuem em circunstâncias que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requirem a sua intervenção;
 - c) Promover a análise das ocorrências e determinar as ações e os meios adequados à sua gestão;
 - d) Assegurar a coordenação e a direção estratégica das operações;
 - e) Acompanhar em permanência a situação operacional das entidades integrantes do SIOPS;
 - f) Apoiar técnica e operacionalmente o Governo;
 - g) Preparar diretivas e normas operacionais e difundi-las aos escalões inferiores para planeamento ou execução;
 - h) Propor os dispositivos nacionais, os planos de afetação de meios, as políticas de gestão de recursos humanos e as ordens de operações;
 - i) Exercer as demais competências que lhe sejam determinadas por lei, regulamento.
4. O Comandante Operacional é coadjuvado, no exercício do comando operacional da sala de situação, pelo Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises que exerce as funções de 2.º Comandante Operacional.
5. O 2.º Comandante Operacional exerce as competências que lhe sejam delegadas pelo Comandante Operacional.

Artigo 7.º
Estado-Maior-Coordenador

1. O EMC é a unidade da sala de situação responsável pela

coordenação operacional das ações de prevenção, contenção e ou mitigação de um eventual surto de COVID-19.

2. Incumbe ao EMC:

- a) Garantir a articulação entre todas as Forças-Tarefa e com as entidades envolvidas nas operações de prevenção ou mitigação de um eventual surto de COVID-19;
- b) Garantir o espaço funcional para os oficiais de ligação de outras entidades e assegurar a sua integração nas atividades da sala de situação;
- c) Garantir a circulação da informação entre todas as Forças-Tarefas ou entidades envolvidas nas operações de prevenção ou mitigação de um eventual surto de COVID-19;
- d) Garantir uma ligação próxima com os serviços de saúde, com as organizações internacionais, com as organizações não governamentais ou com a Cruz Vermelha Timor-Leste;
- e) Organizar e gerir a comunicação externa da sala de situação, bem como toda a comunicação externa relacionada com o COVID-19;
- f) Assessorar a sala de situação relativamente à sua imagem pública;
- g) Coordenar editorialmente os conteúdos do site e de outras publicações, relacionadas com o COVID-19, da sala de situação, dos departamentos governamentais ou das demais pessoas coletivas públicas;
- h) Executar as demais tarefas que lhe sejam determinadas pelo CO.

3. O EMC é composto por um:

- a) Adjunto de Operações;
- b) Adjunto de Administração e Logística.

4. O coordenador da EMC e os adjuntos a que alude o número anterior são designados pelo Comandante Operacional.

Artigo 8.º
Forças-Tarefa para a Prevenção e Mitigação de um Eventual Surto de COVID-19

1. A FTPMS é a unidade da sala de situação responsável pela preparação e pela promoção da realização das diligências necessárias para a prevenção e mitigação de um eventual surto de COVID-19.

2. Incumbe ao FTPMS:

- a) Desenvolver estratégias para abordar eventuais lacunas relativas à saúde pública e à capacidade de responder a um eventual surto de COVID-19;

- b) Propor orientações para ajudar a melhorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde a um eventual surto de COVID-19;
 - c) Recomendar as diligências necessárias para assegurar a alocação de recursos, incluindo equipamentos de proteção individual e suprimentos médicos para prestadores de serviços de saúde e socorristas envolvidos na resposta a um eventual surto de COVID-19;
 - d) Emitir recomendações dirigidas aos empregadores públicos e privados em relação aos funcionários expostos ou potencialmente expostos ao SARS-CoV-2;
 - e) Promover as diligências necessárias para a divulgação de materiais educacionais para essas populações;
 - f) Recomendar ao CO e ao Ministério da Saúde a adoção das medidas necessárias em relação à disseminação de informações e comunicações, coordenação de mensagens públicas, designação de centros de tratamento e avaliação da prontidão e resposta do setor, conforme necessário;
 - g) Recolher as contribuições, conforme apropriado, dos vários órgãos e serviços da administração pública, das organizações internacionais, organizações não governamentais e da Cruz Vermelha de Timor-Leste de forma a tornar mais efetivas, eficazes e eficientes as medidas de prevenção ou de mitigação de um eventual surto de COVID-19;
 - h) Promover a execução de todas as medidas e ações que se revelem necessárias para prevenir ou mitigar um eventual surto de COVID-19.
3. A Comissão Executiva da Saúde para o Surto de COVID-19, criada pelo Despacho n.º 04/2020/III/MS, de 19 de março, alterado pelo Despacho n.º 08/VI/MS/2020, de 6 de julho, desenvolve a sua atividade no âmbito da *FTPMS*.
4. O coordenador da *FTPMS* e os respetivo membros são designados pelo Comandante Operacional.

Artigo 9.º

Equipa de Estudos e de Análise de Riscos

1. A EEAR é a unidade da sala de situação responsável pela análise e avaliação das informações relacionadas com a prevenção ou mitigação de um eventual surto COVID-19, para efeitos de planeamento operacional.
2. Incumbe à EEAR:
 - a) Analisar e avaliar a adequação e suficiência das políticas, das estratégias, dos planos, dos procedimentos operacionais normalizados, das medidas e das ações propostas para a prevenção e o combate de um eventual surto de COVID-19;
 - b) Apresentar um relatório de avaliação das políticas, das

estratégias, dos planos, dos procedimentos operacionais normalizados, das medidas e das ações propostas para a prevenção e o combate de um eventual surto de COVID-19;

- c) Propor a adoção de políticas, estratégias, planos, procedimentos operacionais normalizados, medidas ou ações para a prevenção e o combate de um eventual surto de COVID-19, alternativas ou complementares àquelas que se encontram aprovadas;
 - d) Analisar, avaliar e apresentar um relatório sobre o grau de prontidão dos estabelecimentos públicos integrados no serviço nacional de saúde para efeitos de diagnóstico de eventuais casos de infeção pelo SARS-CoV-2, bem como para o tratamento de indivíduos que pelo mesmo sejam infetados e careçam de cuidados médicos;
 - e) Avaliar a adequação, funcionalidade e suficiência dos equipamentos existentes nos estabelecimentos de saúde para prevenir, diagnosticar e evitar o aumento do número de infeções provocadas pelo SARS-CoV-2 em todo o território nacional, apresentando um relatório de avaliação;
 - f) Dar parecer e formular recomendações sobre assuntos que, para o efeito, lhe sejam apresentados pelo CO.
3. O coordenador da EEAR e os respetivo membros são designados pelo Comandante Operacional.

Artigo 10.º

Secretariado de Administração e Finanças

1. O SAF é a unidade da sala de situação responsável pelo apoio administrativo e financeiro à mesma e às suas atividades.
2. Incumbe ao SAF:
 - a) Elaborar o projeto de orçamento da sala de situação, de acordo com as instruções do CO;
 - b) Controlar as dotações orçamentais atribuídas à sala de situação ou outras cuja gestão lhe seja atribuída por ato normativo;
 - c) Garantir o inventário, a administração, a manutenção e preservação do património afeto à sala de situação;
 - d) Constatar a necessidade de iniciar as operações de aprovisionamento necessárias para o funcionamento da sala de situação;
 - e) Em coordenação com as restantes unidades da sala de situação, elaborar o Plano de Ação, assim como os respetivos relatórios de execução;
 - f) Assegurar a disponibilidade e o funcionamento dos recursos informáticos da sala de situação;
 - g) Assegurar a manutenção e segurança de todos os equipamentos da sala de situação.

3. O coordenador do SAF é nomeado pelo Comandante Operacional.

Artigo 11.º
Destacamento de Reação Rápida

1. O DRR é a unidade da sala de situação responsável pela execução das operações previstas no número seguinte de caráter urgente e inadiável que não possam ser executadas de forma efetiva e eficaz pelo Departamento Governamental competente em razão da matéria.
2. O DRR inclui as seguintes subunidades:
 - a) Evacuação médica;
 - b) Transporte de emergência médica (ambulância);
 - c) Assistência hospitalar;
 - d) Serviço funerário;
 - e) Armazenamento;
 - f) Cozinha ambulante.
3. As atividades realizadas pelo DRR conformam-se com os procedimentos operacionais normalizados aprovados pelo CO.
4. O coordenador do DRR é nomeado pelo Comandante Operacional.

Artigo 12.º
Unidades Territoriais

1. *As UT's são serviços* de extensão da Sala de Situação responsáveis pela execução das atividades desta ao nível das circunscrições administrativas de primeiro escalão.
2. As UT's executam as tarefas que lhes sejam determinadas pelo CO.
3. São criadas:
 - a) A Unidade Territorial da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, com centro de operações em Pante Macassar;
 - b) A Unidade Territorial de Bobonaro, com centro de operações em Maliana;
 - c) A Unidade Territorial de Covalima, com centro de operações no Suai.
4. A Unidade Territorial da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno coordena as suas operações com os órgãos e serviços da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
5. As UT's ficam funcionalmente dependentes do EMC.

6. Os coordenadores das UT's são nomeados pelo Comandante Operacional, sob proposta do EMC.

Artigo 13.º
Local de funcionamento da Sala de Situação

A Sala de Situação funciona no Centro de Convenções de Díli.

DESPACHO N.º 073 /PM/VI/2021

Delega no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises a competência para autorizar a entrada de pessoas em território nacional

Considerando que o artigo 6.º do Decreto do Governo n.º 16/2021, de 1 de junho, faz depender a entrada de pessoas em território nacional da obtenção de uma autorização para o efeito;

Considerando que a referida norma jurídica atribui ao Primeiro-Ministro a competência para autorizar a entrada de pessoas em território nacional, podendo esta competência ser delegada no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, com faculdade de subdelegação;

Considerando que a prestação de autorização de entrada em território nacional está associada à necessidade de acautelar a existência de capacidade de instalação condigna das pessoas provenientes do estrangeiro nos centros de isolamento profilático em funcionamento, bem como da avaliação do risco para a saúde pública;

Considerando que a delegação da referida competência no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises permitirá uma decisão mais célere dos pedidos que forem apresentados face à informação de que o mesmo dispõe nomeadamente para efeitos de avaliação de riscos para a saúde pública;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto do Governo n.º 16/2021, de 1 de junho:

1. Delego no Diretor do Centro Integrado de Gestão de Crises, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar a entrada de pessoas em território nacional;
2. O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da respetiva publicação.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Primeiro-Ministro

Despacho N° 064 /MI/V/2021

**Análise à pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n°
13145 – Francisco Nascimento Freitas**

Considerando que o artigo 77.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional de Timor-Leste (RDPNTL), garante ao arguido o direito de apresentar a sua defesa sobre a decisão superior aplicada;

Considerando que a Assessoria Jurídica do Gabinete do Ministro do Interior ao analisar o processo disciplinar n° DJSN/D-2020-104C conclui que o arguido praticou infração disciplinar por violação do dever de zelo, nos termos da alínea e) do artigo 10.º e do dever da obediência, nos termos da alínea d) do n° 2 do artigo 12.º do RDPNTL;

Considerando que, após a prática da infração disciplinar, houve de imediato um diálogo entre o arguido e o Comandante do Município de Baucau da PNTL, no qual o arguido mostrou arrependimento e apresentou desculpas;

Considerando que os termos das alíneas a), b), e) e h) do n° 1 do artigo 49.º do RDPNTL validam as circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar.

Assim, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n° 14/2018, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n° 20/2020, de 28 de Maio, e pelo Decreto-Lei n° 27/2020, de 19 de Junho, que aprovou a Orgânica do VIII Governo Constitucional e da alínea e) do n° 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n° 47/2020, de 7 de Outubro, que aprovou a Orgânica do Ministério do Interior e do artigo 87.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da PNTL:

1. Determino:

- a) Que se reduza para trinta (30) dias a pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n° 13145 – Francisco Nascimento Freitas;
- b) Que o arguido seja notificado nos termos legais;
- c) A publicação do presente Despacho no Jornal da República;
- d) A entrega de cópias do presente Despacho à Inspectora Geral do Gabinete de Inspeção e Auditoria do Ministério do Interior e ao Comandante Geral da PNTL.

Dili, 01 de junho de 2021

O Ministro do Interior

Taur Matan Ruak

Despacho N° 065 /MI/V/2021

**Análise à pena disciplinar aplicada ao 1.º Sargento n°
11045 – Benigno Manuel Pires**

Considerando que o artigo 77.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional de Timor-Leste (RDPNTL), garante ao arguido o direito de apresentar a sua defesa sobre a decisão superior aplicada;

Considerando que a Assessoria Jurídica do Gabinete do Ministro do Interior ao analisar o processo disciplinar n° DJSN/D-2020-104A conclui que o arguido praticou infração disciplinar por violação do dever de zelo, nos termos da alínea e) do artigo 10.º e do dever da obediência, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 12.º do RDPNTL;

Considerando que, após a prática da infração disciplinar, houve de imediato um diálogo entre o arguido e o Comandante do Município de Baucau da PNTL, no qual o arguido mostrou arrependimento e apresentou desculpas;

Considerando que os termos das alíneas a), b), e) e h) do n.º 1 do artigo 49.º do RDPNTL validam as circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar.

Assim, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n° 14/2018, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n° 20/2020, de 28 de Maio, e pelo Decreto-Lei n° 27/2020, de 19 de Junho, que aprovou a Orgânica do VIII Governo Constitucional e da alínea e) do n° 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n° 47/2020, de 7 de Outubro, que aprovou a Orgânica do Ministério do Interior e do artigo 87.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da PNTL:

1. Determino:

- a) Que se reduza para trinta (30) dias a pena disciplinar aplicada ao 1.º Sargento n.º 11045 – Benigno Manuel Pires;
- b) Que o arguido seja notificado nos termos legais;
- c) A publicação do presente Despacho no Jornal da República;
- d) A entrega de cópias do presente Despacho à Inspectora Geral do Gabinete de Inspeção e Auditoria do Ministério do Interior e ao Comandante Geral da PNTL.

Dili, 01 de junho de 2021

O Ministro do Interior

Taur Matan Ruak

Despacho N° 066 /MI/V/2021

**Análise à pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n°
13223 – Lamberto Delfim Boavida Pinto**

Considerando que o artigo 77.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional de Timor-Leste (RDPNTL), garante ao arguido o direito de apresentar a sua defesa sobre a decisão superior aplicada;

Considerando que a Assessoria Jurídica do Gabinete do Ministro do Interior ao analisar o processo disciplinar n° DJSN/D/2020-104D conclui que o arguido praticou infração disciplinar por violação do dever de zelo, nos termos da alínea e) do artigo 10.º e do dever da obediência, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 12.º do RDPNTL;

Considerando que, após a prática da infração disciplinar, houve de imediato um diálogo entre o arguido e o Comandante do Município de Baucau da PNTL, no qual o arguido mostrou arrependimento e apresentou desculpas;

Considerando que os termos das alíneas a), b), e) e h) do n.º 1 do artigo 49.º do RDPNTL validam as circunstâncias atenuantes da responsabilidade disciplinar.

Assim, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n° 14/2018, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n° 20/2020, de 28 de Maio, e pelo Decreto-Lei n° 27/2020, de 19 de Junho, que aprovou a Orgânica do VIII Governo Constitucional e da alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n° 47/2020, de 7 de Outubro, que aprovou a Orgânica do Ministério do Interior e do artigo 87.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da PNTL:

1. Determino:

- a) Que se reduza para trinta (30) dias a pena disciplinar aplicada ao Agente Chefe n° 13223 – Lamberto Delfim Boavida Pinto;
- b) Que o arguido seja notificado nos termos legais;
- c) A publicação do presente Despacho no Jornal da República;
- d) A entrega de cópias do presente Despacho à Inspectora Geral do Gabinete de Inspeção e Auditoria do Ministério do Interior e ao Comandante Geral da PNTL.

Díli, 01 de junho de 2021

O Ministro do Interior

Taur Matan Ruak

Despacho N° 067 /MI/VI/2021

**Análise à pena disciplinar aplicada à Superintendente n°
10074 – Júlia da Gama**

Considerando que o artigo 77.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional de Timor-Leste (RDPNTL), garante ao arguido o direito de apresentar a sua defesa sobre a decisão superior aplicada;

Considerando que a Assessoria Jurídica do Gabinete do Ministro do Interior ao analisar o processo disciplinar n° DJSN/D/2020-032 conclui que o arguida praticou infração disciplinar por violação do dever de zelo, nos termos da alínea a), d) e i) do artigo 10.º do RDPNTL;

Considerando que a arguida, na qualidade de Comandante do Município de Manatuto da PNTL, falhou com o seu compromisso de, no serviço, assumir atitudes, princípios e comportamentos que reforcem a dignidade da função policial e o prestígio da instituição.

Assim, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n° 14/2018, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n° 20/2020, de 28 de Maio, e pelo Decreto-Lei n° 27/2020, de 19 de Junho, que aprovou a Orgânica do VIII Governo Constitucional e da alínea e) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n° 47/2020, de 7 de Outubro, que aprovou a Orgânica do Ministério do Interior e do artigo 87.º do Decreto-Lei n° 13/2004, de 16 de Junho, que aprovou o Regulamento Disciplinar da PNTL:

1. Determino:

- a) Que se mantenha a pena disciplinar aplicada à Superintendente n° 10074 – Júlia da Gama ;
- b) Que o arguida seja notificada nos termos legais;
- c) A publicação do presente Despacho no Jornal da República;
- d) A entrega de cópias do presente Despacho à Inspectora Geral do Gabinete de Inspeção e Auditoria do Ministério do Interior e ao Comandante Geral da PNTL.

Díli, 01 de junho de 2021

O Ministro do Interior

Taur Matan Ruak

DESPACHO N.º 074/MI/VI/2021

**REDUÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
DOS POSTOS DE FRONTEIRAS TERRESTRES**

Considerando que em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que a COVID-19 como uma pandemia;

Considerando que o número de diagnósticos de COVID-19 e de óbitos causados por esta continua a crescer em todo o mundo;

Considerando que, face ao número de diagnósticos positivos de COVID-19 registados na Província de *Nusa Tenggara Timur* da República da Indonésia, o risco de importação do SARS-CoV-2 para Timor-Leste, através de trânsito internacional por via terrestre é elevado;

Considerando que o Estado Timorense tem empreendido todos os esforços e realizado todas as diligências ao seu alcance para mitigar o risco de importação do vírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, nomeadamente das novas estirpes do mesmo;

Considerando que entre as medidas que vêm sendo adotadas se destacam o controlo sanitário de todos os indivíduos que pretendam entrar ou sair de território nacional e a sujeição destes últimos a isolamento profilático (“quarentena”), com a duração de catorze dias;

Considerando que o número de locais onde podem ser cumpridos os catorze dias de isolamento profilático é limitado e que importa tomar em consideração esta circunstância na gestão do número de entradas em território nacional, nomeadamente por via terrestre;

Considerando que a alínea a) do artigo 4.º do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 28 de maio, suspende parcialmente o gozo do direito de circulação internacional, permitindo o encerramento de postos de fronteiras terrestres com a finalidade de impedir a entrada em território nacional ou de condicionar essa entrada à observância das condições necessárias a evitar risco de propagação da epidemia ou a sobrecarga dos recursos afetos ao seu combate;

Considerando que o artigo 16.º do Decreto do Governo n.º 16/2021, de 1 de junho, estabelece que “Em casos excepcionais, justificados por razões de saúde e segurança da população, o Ministério do Interior pode determinar o encerramento temporário dos postos de fronteiras ou a redução do horário de atendimento público nos mesmos”;

Considerando que a situação epidemiológica atualmente verificada na Província de *Nusa Tenggara Timur* continua a representar uma ameaça à saúde pública nacional, pelo que importa manter as restrições atualmente em vigor sobre o trânsito internacional com origem naquele território, protegendo-se dessa forma a saúde pública;

Assim,

ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 4.º do Decreto do Presidente da República n.º 35/2021, de 1 de junho, e do artigo 16.º do Decreto do Governo n.º 16/2021, de 1 de junho, determino que:

1. Os postos de fronteiras terrestres, entre as 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021 e as 23:59 horas do dia 1 de julho de 2021, apenas funcionarão às:
 - a) segundas-feiras, entre as 09:00 horas e as 13:00 horas, para a saída do território nacional de mercadorias ou de pessoas;
 - b) quartas-feiras, entre as 09:00 horas e as 13:00 horas, para a entrada em território nacional de mercadorias ou das pessoas que disponham da autorização a que se referem os números 3 e 4.
2. Durante o período de funcionamento dos postos de fronteiras terrestres, apenas se autoriza o processamento dos pedidos de circulação de mercadorias para efeitos de entrada das mesmas em território nacional;
3. A entrada de pessoas em território nacional fica dependente da apresentação de documento comprovativo da autorização a que se refere o artigo 6.º do Decreto do Governo n.º 16/2021, de 1 de junho;
4. Os pedidos de autorização de entrada de pessoas em território nacional são apresentados nas instalações do Centro Integrado de Gestão de Crises, através de representante, ou através de envio do pedido para o seguinte endereço de correio eletrónico centrointegradogestaodecrises@gmail.com;
5. As pessoas que não disponham do documento a que se refere o n.º 3 ficam impedidas de aceder ao interior dos locais onde funcionem os postos de fronteiras terrestres;
6. O processamento dos pedidos de circulação internacional de pessoas ou de mercadorias com destino ao estrangeiro não está sujeito a autorização;
7. O presente despacho produz efeitos a partir das 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021.

Cumpra-se.

Dili, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Ministro do Interior

Funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que estão encarregues de assegurar o funcionamento dos serviços essenciais do Ministério do Interior e que não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho

Considerando que foi decretado o confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli;

Considerando que, de acordo com as regras do confinamento domiciliário geral, é permitida a deslocação de pessoas para fora das respetivas residências quando tal se justifique pela necessidade impreterível de exercício da sua atividade profissional;

Considerando que incumbe aos membros do Governo identificarem os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que terão de garantir os serviços essenciais e que, por esse motivo, não estão dispensados do cumprimento do dever de comparência no local de trabalho;

Considerando a proposta formulada pelos serviços do Ministério do Interior sobre os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública que devem assegurar o funcionamento de serviços mínimos do Ministério do Interior, enquanto perdurar a imposição do dever geral de confinamento domiciliário da população residente no município de Díli;

Considerando que a não comparência no local de trabalho dos funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública referidos na informação prestada pelos serviços do Ministério do Interior, e que constam da relação nominal em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante para todos os efeitos legais, dificultará a prestação de serviços por parte deste Departamento Governamental;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Governo n.º 75/2021, de 1 de junho:

1. Determino que os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública identificados no anexo ao presente despacho devem garantir o funcionamento dos serviços do Ministério do Interior, durante o período de imposição do confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli, estando obrigados a prestar a respetiva atividade profissional em regime presencial;
2. Os funcionários, agentes e trabalhadores da administração pública identificados no anexo ao presente despacho podem circular na via pública para efeitos de deslocação da sua residência para o seu local de trabalho e vice-versa, bem como para efeitos de prestação da respetiva atividade profissional;
3. O presente despacho produz efeitos desde as 00:00 horas do dia 2 de junho de 2021.

Publique-se.

Díli, 1 de junho de 2021

Taur Matan Ruak
Ministro do Interior

ANEXO I

Relação nominal de funcionários, agentes e trabalhadores do Ministério do Interior não dispensados do dever de comparência no local de trabalho durante o período de imposição do confinamento domiciliário geral da população residente no município de Díli.

| N.º | Nome | N.º BI/CE | N.º PMIS | Serviço | Posição |
|------------|-----------------------------|-------------------|----------------------|------------------------|---|
| 1 | Francisco de Deus Maia | 000520565 | MI-025-2020 | Ministério do Interior | Chefe de Gabinete |
| 2 | Imaculada Pinto Coelho | 000240288 | MI-073-2019 | Ministério do Interior | Assessora de Secretariado e Administração |
| 3 | Horácio de Almeida | 0570268 | MI-024-2020 | Ministério do Interior | Assessor Jurídico |
| 4 | Angelina Alves Cirineu | 000561233 | MI-023-2020 | Ministério do Interior | Técnica Administrativa |
| 5 | Francisco da Silva Costa | 000054498 | MI-007-2020 | Ministério do Interior | Chefe de Gabinete (VMI) |
| 6 | José M. S. Turquel de Jesus | 000310654 | MI-019-2020 | Ministério do Interior | Assessor Principal (VMI) |
| 7 | Agustinho de Jesus | 0011572 | MI-028-2020 | Ministério do Interior | Assessor Jurídico (VMI) |
| 8 | Vicente Gusmão | 00488907 | Inspetor PNTL #11848 | Ministério do Interior | Ajudante de Campo (VMI) |
| 9 | Albino Pires | 000198235 | MI-009-2020 | Ministério do Interior | Ponto Focal das Finanças (VMI) |
| 10 | Mariano A. da Costa | 00687399 | MI-011-2020 | Ministério do Interior | Técnico da Administração (VMI) |
| 11 | Junior de J. Barros | 00701915 | MI-330-2012 | Ministério do Interior | Protocolo (VMI) |
| 12 | Ação de O. dos S. Costa | 00615938 | MI-015-2020 | Ministério do Interior | Motorista (VMI) |
| 13 | Simplício S. da Silva | 000566719 | MI-014-2020 | Ministério do Interior | Motorista (VMI) |
| 14 | Liveirinha L Saldanha | 06050602119173381 | MI-051-2020 | Ministério do Interior | Técnica da Administração (VMI) |

EXTRATO

————— Certifico que, por escritura de onze de Fevereiro de dois mil e dezanove, lavrada a folhas cento e quinze a cento e vinte e quatro do Livro de Protocolo número 15/2021 do Cartório Notarial Dili, na Avenida Cândido, Bebora-Dili, foi constituída uma associação que se rege pelas cláusulas seguintes:—————

Denominação: “Fundação SANTA MARIA REGINA”.—————

Sede social: A FSMR tem a sua Sede em município de Díli, Timor-Leste, podendo, por deliberação das direções em Rua Kakaulidun, Aldeia de Nikir 02, Suco de Bairro-Pité, Posto Administrativo de Dom Aleixo, Município de Díli, Timor-Leste.—————

Duração: tempo indeterminado.—————

A associação Tem por objecto :—————

1. A Fundação Santa Maria Regina (FSMR) é uma organização sem fins lucrativos e tem como o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos qualificados em diferentes áreas por meio da educação formal e não-formal;—————
2. Para identificar os problemas e resolver o descompasso entre a procura de recurso humano/ mão de obra qualificada e a escassez de mão de obra qualificada disponível no Mercado de Trabalho;—————
3. A Fundação também incentiva a criação de emprego e auto-emprego em setores importantes à médio e longo prazo;—————
4. Este objetivo acabará por contribuir para o desenvolvimento de recursos humanos, a redução do desemprego e da pobreza, e contribuirá para a promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável;—————

Orgãos Sociais da Associação:

Fundador, Assembleia Geral, Conselho Executivo e Fiscal Único

a) Fundador,—————

b) Assembleia Geral.

b) Conselho Executivo

c) Conselho Fiscal.

Cartório Notarial de Dili, 11 de Maio de 2021

O Notário,

Lic, Nuno Maria Lobato da Conceição